

diariamente; remédio ao qual nunca recorriam, a não ser em caso de necessidade. Mas, em Florença, bem como nas outras cidades nascidas do mesmo modo, em servidão, esse poder era posto nas mãos de um estrangeiro, que, por mandato do príncipe, cumpria tal encargo. Quando, depois, obtiveram a liberdade, mantiveram esse poder em mãos de um estrangeiro, a que chamavam capitão<sup>181</sup>; o que era muito pernicioso, pois este podia ser facilmente corrompido por cidadãos poderosos. Mas depois, sendo essa ordenação mudada pela mudança dos estados, foram constituídos<sup>182</sup> oito cidadãos que deveriam cumprir os encargos daquele capitão. E essa ordenação, se já era ruim, tornou-se péssima, pelas razões sobre as quais doutras vezes discorreremos, pois os poucos foram sempre instrumentos [ministris] dos poucos e dos mais poderosos. Disso se resguardou a cidade de Veneza, pois tinha dez cidadãos, que, sem apelação, podem punir qualquer cidadão. E, como eles não seriam suficientes para punir os poderosos, ainda que tivessem autoridade para tanto, foi constituído o Conselho dos Quarenta; e, ademais, desejaram os venezianos que o Conselho dos Pregadi<sup>183</sup>, que é o Conselho Supremo, pudesse castigá-los; de modo que, não faltando acusador, não falta juiz para refrear os poderosos. Não é, portanto, de admirar que, se em Roma — ordenada por si mesma e por tantos homens prudentes — surgiam todos os dias novas razões pelas quais era preciso criar novas ordenações em favor da vida livre, nas outras

181. *Capitano* (derivado de *caput*, cabeça) era o título dado na Idade Média aos governadores das cidades (cf. *História de Florença*, II, 5). [N. da T.]

182. Em Florença. [N. da T.]

183. *Pregadi*, porque solicitados (*pregati*) pelo Doge a emitir seu parecer. Fia um senado de sessenta membros (cf. *CAVIRA, op. cit.*, p. 125).

cidades, que têm um princípio mais desordenado, surjam tantas dificuldades, e que nunca seja possível reordená-las.

#### 50. Um conselho ou um magistrado não deve ter a possibilidade de impedir as ações das cidades<sup>184</sup>

Quando Tito Quinto Cincinato e Cneo Júlio Mento eram cônsules em Roma, a desunião que surgiu entre eles impediu todas as ações daquela república. O senado, apercebendo-se, estimulava-os a instituir um ditador, para que este fizesse o que aqueles não podiam fazer, devido às suas discórdias. Mas os cônsules, embora discordantes em tudo, concordavam em não querer o ditador. A tal ponto que o senado, não encontrando outro remédio, recorreu à ajuda dos tribunos, que, com a autoridade do senado, forçaram os cônsules a obedecer. É de notar, nisso, em primeiro lugar, a utilidade do tribunato, que não servia apenas para refrear a ambição dos poderosos contra a plebe, mas também a ambição dos poderosos contra si mesmos; em segundo lugar, é de notar que nunca se deve estabelecer [ordinare] numa cidade que um pequeno número de homens tenha nas mãos deliberações como as que ordinariamente são necessárias à manutenção da república. Por exemplo, se conferes a um conselho poderes de distribuição de honras e vantagens, ou a um magistrado autoridade para administrar uma questão, é preciso impor-lhes a obrigação de fazê-lo de qualquer maneira, ou então estabelecer [ordinare] que, se tal conselho ou magistrado não quiser o encargo, outro possa fazê-lo: caso

184. Tito Lívio, IV, 26. [N. da R. T.]

contrário, essa ordenação seria imperfeita e perigosa, como ocorreria em Roma, se à obstinação daqueles cônsules não se pudesse opor a autoridade dos tribunos. Na república veneziana, o Grande Conselho<sup>185</sup> distribui honras e vantagens: ocorria às vezes que o grosso [*l'universaltà*] dos conselheiros, seja por descuido ou por alguma falsa persuasão, não criava os sucessores dos magistrados da cidade e dos que administravam seu império exterior. Isso causava grande desordem, porque, simultaneamente, tanto as cidades submetidas quanto a sua própria cidade ficavam sem seus legítimos juízes, e não se podia obter coisa alguma, caso o grosso do Conselho não fosse satisfeito ou não se convencesse de seu erro. E tal inconveniente teria levado a cidade a um mau fim, se não tivesse sido prevenido por cidadãos prudentes, que, aproveitando a melhor ocasião, criaram uma lei segundo a qual nenhum magistrado, estivesse ele dentro ou fora da cidade, poderia jamais deixar vago o seu cargo, a não ser depois de terem sido nomeados seus substitutos e sucessores. E assim se obstru à facilidade com que aquele Conselho podia impedir as ações públicas, com perigo para a república.

*51. Uma república ou um príncipe deve mostrar que faz por liberalidade o que é obrigado a fazer pela necessidade*<sup>186</sup>

Os homens prudentes fazem-se alvo dos méritos em todas as suas ações, ainda que a necessidade os obrigue

185. *Maggior Consiglio*, assembleia que reunia os "gentis-homens" venezianos (cf. CAPIRA, *op. cit.*, p. 126).

186. Tito Lívio, IV, 59-60. [N. da R. T.]

a realizar tais ações de qualquer maneira. Essa prudência foi bem usada pelo senado romano, quando deliberou que os militares recebessem soldo do dinheiro público, sendo então costume que eles provessem a suas próprias despesas. Mas o senado, percebendo que daquele modo não se poderia guerrear por longo tempo e que, por isso, não seria possível sitiar cidades nem conduzir os exércitos para longe, e considerando ser necessário fazer ambas as coisas, deliberou que se pagasse tal soldo, mas o fez de tal modo que lhe couberam os méritos daquilo que era obrigado a fazer pela necessidade. E a plebe ficou tão contente com esse presente que houve grande algazarra em Roma, tanta era a alegria, pois a todos parecia bem grande aquele benefício, que nunca esperavam receber e que nunca, por si sós, teriam procurado obter. E, embora os tribunos se aplicassem em desfazer esse mérito, mostrando que aquilo agravaria, e não aliviaria a plebe, pois seria necessário impor tributos para pagar tal soldo, não puderam impedir que a plebe o aceitasse, e tal mérito cresceu ainda mais graças ao modo como o senado distribuiu os tributos, pois os gravames maiores e mais pesados incidiram sobre a nobreza, sendo estes também os primeiros a serem pagos.

*52. Para reprimir a insolência de alguém que se torne poderoso numa república, não há modo mais seguro e que cause menos conturbação do que pré-ocupar os caminhos pelos quais ele possa chegar a tal poderio*

Do que dissemos no capítulo anterior, vimos o crédito que a nobreza conquistou junto à plebe com as de-

monstrações feitas em seu benefício, tanto em relação à ordenação do soldo quanto ao modo de impor os tributos<sup>187</sup>. Se a nobreza se tivesse mantido naquela conduta, teria eliminado todo e qualquer tumulto naquela cidade, anulando-se o crédito, logo a autoridade; de que gozavam os tribunos entre a plebe. E, realmente, em nenhuma república, muito menos nas corrompidas, haverá modo melhor, menos tumultuoso e mais fácil de opor-se à ambição de algum cidadão do que pré-ocupar os caminhos pelos quais se percebe que ele está chegando ao ponto que tem em mira. E, se os adversários de Cosimo de' Medici tivessem feito isso, teriam ganho mais do que ganharam expulsando-o de Florença: porque, se os cidadãos que com ele competiam tivessem imitado o seu estilo de favorecer o povo, teriam conseguido, sem tumulto nem violência, tirar-lhe das mãos as armas de que ele mais se valia. Piero Soderini conseguira grande reputação na cidade de Florença apenas favorecendo o povo [*l'universale*], obtendo assim a fama de amante da liberdade da cidade. E, realmente, para os cidadãos que invejavam sua grandeza teria sido muito mais fácil, muito mais honesto e muito menos perigoso, além de menos danoso para a república, pré-ocupar os caminhos pelos quais se fazia grande, do que se contrapor a ele e assim, com a sua ruína, arruinar todo o restante da república. Porque, se lhe tivessem tirado das mãos as armas com as quais se mostrava corajoso (o que poderia ser feito facilmente), poderiam ter-se oposto a ele sem levantar suspeita nem temor algum em todos os conselhos e em todas as deliberações públicas. E, se alguém replicasse que, se os cidadãos que

187. *Id.*, *ibid.* [N. da R. T.]

odiavam Piero erraram ao não lhe pré-ocuparem os caminhos pelos quais ganhava reputação entre o povo, Piero também errou por não pré-ocupar os caminhos pelos quais seus adversários o tornaram temível. Disso Piero merece escusas, seja porque lhe era difícil fazê-lo, seja porque tais meios não eram honestos com ele, visto que os meios com os quais o atacavam tinham em vista favorecer os Medici, com o que o combatiam e por fim o arruinaram. Piero, portanto, não podia honestamente conduzir-se daquele modo, porque não poderia, com boa fama, destruir a liberdade de cuja guarda fora incumbido: ademais, tais favores, como não podiam ser feitos em segredo e de uma só vez, eram perigosíssimos para Piero, porque, se porventura se mostrasse amigo dos Medici, se tornaria suspeito e odioso para o povo, donde seus inimigos teriam encontrado muito mais facilidade que antes para atacá-lo.

Em todas as decisões tomadas, os homens devem considerar as falhas e os perigos, e não as tomar sempre que nelas houver mais perigo que utilidade, mesmo diante de pareceres favoráveis a tal deliberação. Porque, se assim não fizerem, ocorrerá o que ocorreu com Túlio<sup>188</sup>, que, desejando desfavorecer Marco Antônio, acabou por favorecer-lo. Porque, visto que Marco Antônio era considerado inimigo do senado, mas tinha sob seu comando aquele grande exército, em boa parte constituído por soldados seguidores de César, Túlio, para tirar-lhe o comando daqueles soldados, estimulou o senado a dar autoridade a Otaviano e mandá-lo com os cônsules Hircio e Pansa enfrentar Marco Antônio, alegando que os soldados que

188. Cícero (cf. *Cavara, op. cit.*, p. 128).

seguiam Marco Antônio, tão logo ouvissem o nome de Otaviano, sobrinho de César, que era também chamado César, abandonariam Marco Antônio e se juntariam a este; e, assim, privando-se Marco Antônio de favores, seria fácil eliminá-lo. O que se deu foi exatamente o contrário; porque Marco Antônio cativou Otaviano, que, deixando de lado Túlio e o senado, alinhou-se com ele. Acontecimento este que representou a destruição do partido da aristocracia. O que era fácil prever, e ninguém deveria ter acreditado naquilo de que Túlio se persuadira, e sim ter em conta o nome<sup>189</sup> que com tanta glória extinguira seus inimigos e conquistara o principado em Roma; e nunca se deveria acreditar que seria possível obter de seus herdeiros ou de seus defensores alguma coisa que fosse conforme com a liberdade.

53. *O povo muitas vezes deseja sua própria ruína, enganado por alguma falsa aparência de bem; e como as grandes esperanças e as audazes promessas o comovem facilmente*

Expugnada a cidade de Veios<sup>190</sup>, começou a surgir entre o povo romano a opinião de que seria útil para a cidade de Roma que metade dos romanos fosse morar em Veios, argumentando que, por ser aquela uma rica cidade rural, por estar ela cheia de construções e próxima a Roma, metade dos cidadãos romanos poderia enriquecer-se sem prejuízo de nenhuma ação civil, graças à pro-

189. De César, que havia sido passado para Otaviano (cf. CAPUA, *op. cit.*, p. 128).

190. Tito Lívio, V, 24-5. [N. da R. T.]

ximidade do lugar. Ao senado e aos romanos mais sábios isso pareceu tão inútil e danoso que diziam abertamente preferir a morte a concordar com uma deliberação daquelas. De modo que, pondo-se tal questão em discussão, a plebe inflamou-se tanto contra o senado que se teria chegado às armas e ao derramamento de sangue, caso o senado não tivesse servido de escudo a alguns velhos e estimados cidadãos, por cuja reverência a plebe foi refreada, não levando adiante sua insolência. Aqui devem ser notadas duas coisas. A primeira é que o povo, muitas vezes, enganado por uma falsa imagem de bem, deseja sua própria ruína, e se alguém em quem ele confie não o convencer de que aquilo é um mal, mostrando-lhe o que é o bem, as repúblicas serão expostas a infinitos perigos e danos. E, quando, porventura, o povo não confia em ninguém, como às vezes ocorre, se tiver sido enganado antes por coisas ou homens, será inevitável que se chegue à ruína. E Dante diz a respeito, em suas considerações intituladas *De Monarchia*<sup>191</sup>, que o povo muitas vezes grita: "Viva a morte! E morra a vida!" Por essa incredulidade, às vezes deixam de ser tomadas boas decisões nas repúblicas, como dissemos acima sobre os venezianos<sup>192</sup>, quando estes, atacados por tantos inimigos, não conseguiram tomar a decisão de conquistar nenhum deles com a restituição das coisas retiradas a outros (coisas pelas quais se travara a guerra e se dera a conjuração dos príncipes), antes que se chegasse à ruína. Portanto, considerando-se aquilo de que é fácil ou aquilo de que é difícil persuadir um povo, pode-se fazer

191. Na realidade, trata-se de *Convívio* (I, 11) (cf. CAPUA, *op. cit.*, p. 129).

192. Cf. *Discursos*, I, 6. [N. da R. T.]

esta distinção: ou aquilo de que o deves persuadir representa à primeira vista uma perda ou um ganho, ou então parece uma medida corajosa ou covarde. E sempre será fácil persuadir a multidão quando nas coisas propostas for visível o ganho, ainda que por trás dele haja perda, e quando elas parecerem corajosas, ainda que por trás esteja a ruína da república: por isso, é sempre difícil persuadir o povo das providências em que pareça haver covardia ou perda, ainda que por trás haja salvação e ganho. O que acabo de dizer é confirmado por infinitos exemplos, romanos ou estrangeiros, modernos e antigos. Porque foi daí que, em Roma, nasceu a opinião desfavorável acerca de Fábio Máximo, que não conseguia persuadir o povo romano de que era útil à república avançar lentamente naquela guerra e conter o avanço de Aníbal sem entrar em batalha, pois o povo julgava covarde essa medida, não enxergando nela a utilidade que tinha, e Fábio não tinha razões suficientes para demonstrá-la: e os povos ficam tão eneguecidos pela valentia que, embora o povo romano tivesse cometido o erro de dar autoridade ao mestre de equitação<sup>193</sup> de Fábio, para que ele combatesse, ainda que Fábio não o quisesse, e que com isso o exército romano teria sido desbaratado se Fábio, com sua prudência, não remediasse a situação, não lhe bastou a experiência, porque depois deu o consulado a Varrão<sup>194</sup>, não por outros méritos, senão porque ele prometera por todas as praças e locais públicos de Roma que derrotaria Aníbal, desde que lhe fosse dada autoridade para tanto. Donde se chegou à batalha e à derrota de Canas, e quase à ruína de Roma. Quero aduzir, a propósito, mais um

193. Marcos Minúcio (Tito Lívio, XXII, 25 ss.) (cf. CAVATA, *op. cit.*, p. 129).

194. Calo Terêncio Varrão (cf. *id.*, *ibid.*).

exemplo romano<sup>195</sup>. Aníbal já passara oito ou dez anos na Itália, disseminando a morte de romanos por todas as suas terras, quando Marcos Centênio Pênula, homem de baixíssima condição [*vilissimus*] (embora tivesse atingido alguma posição no exército), foi ao senado e disse que, se lhe outorgassem autoridade para formar um exército de voluntários em qualquer lugar da Itália, ele lhes traria Aníbal vivo ou morto, em curtíssimo tempo. O senado considerou esse pedido temerário, mas, ponderando que, se fosse rejeitado e depois chegasse ao conhecimento do povo, talvez nascessem tumultos, ódios e má vontade contra a ordem senatorial, foi-lhe concedido o que pedia, pois mais valeria expor ao perigo todos aqueles que o seguissem do que provocar novas discórdias no seio do povo, sabendo da aceitação que teria semelhante medida e como se Aníbal com uma multidão não ordenada e indisciplinada, e antes mesmo que se desse o recontro, ele e todos os que o seguiam foram derrotados e mortos.

Na Grécia, na cidade de Atenas, Nécias, homem de grande circunspeção e prudência, não conseguiu persuadir aquele povo de que não seria bom atacar a Sicília; assim, tomada a decisão de fazê-lo, contrariando a vontade dos sábios, seguiu-se a total ruína de Atenas. Cipião, quando se tornou cônsul, desejando conquistar a África, com a promessa de destruir totalmente Cartago, diante da oposição do senado, pela sentença de Fábio Máximo, ameaçou fazer a proposta ao povo, pois sabia muito bem como semelhantes deliberações agradam aos povos<sup>196</sup>.

195. Tito Lívio, XXV, 19. [N. da R. T.]

196. Tito Lívio, XXVIII, 45. [N. da R. T.]

Seria possível dar exemplos de nossa cidade; foi o que ocorreu quando Ercole Benivogli, governador florentino, e Antonio Giacomini, depois de derrotarem Bartolomeo d'Alviano em San Vincenzo, travaram batalha em Pisa, empresa essa que foi deliberada pelo povo com base nas promessas de Ercole, ainda que muitos cidadãos sábios o censurassem: entretanto, não houve remédio, pois estavam estimulados por aquela vontade comum [*universale*], fundamentada nas promessas fáce-lhosas do governador. Digo, portanto, que não há caminho mais fácil para levar à ruína uma república onde o povo tenha autoridade do que empenhá-la em façanhas; porque onde a opinião do povo tiver algum peso, elas sempre serão aceitas, e quem for de outra opinião não poderá evitá-las. Mas, se daí provier a ruína da cidade, também provirá, no mais das vezes, a ruína pessoal dos cidadãos encarregados de tais empresas: porque o povo, que pressupôs a vitória e teve a derrota, não acusará nem a fortuna, nem a impotência de quem a conduziu, mas o acusará de maldade e ignorância e, no mais das vezes, o matará, prenderá ou confinará, como ocorreu a infinitos comandantes cartagineses e a muitos atenienses. E de nada valerá alguma vitória que aquele comandante tenha conquistado no passado, pois tudo será anulado pela derrota presente, como ocorreu a Antonio Giacomini, que, não tendo expugnado Pisa, como o povo pressupusera e ele prometera, caiu em tal desgraça por pulir, que, não obstante suas infinitas boas obras passadas, sobreviveu mais por humanidade daqueles que tinham autoridade para tanto do que por alguma outra razão que o defendesse perante o povo.

54. *Quanta autoridade precisa ter um homem austero para reprimir uma multidão concitada*

O segundo ponto notável sobre o texto do capítulo anterior é que nada é tão capaz de reprimir uma multidão concitada quanto a reverência por algum homem austero e com autoridade que se lhe oponha; não é sem razão que Virgílio diz:

Tum pietate gravem ac meritis si forte virum quem  
Conspexere, silent, arrectisque aurbus adstant.<sup>197</sup>

Portanto, quem tiver um exército sob seu comando ou estiver numa cidade onde surja algum tumulto deverá apresentar-se com a maior benevolência e honradez que puder, investindo-se dos títulos que tiver, para tornar-se mais digno de reverência. Há poucos anos, Florença estava dividida em duas facções, chamadas *Fratresca* e *Arrabbiata*<sup>198</sup>, chegando-se ao emprego das armas, os *Fratreschi* foram vencidos; entre eles estava Pagolantonio Soderini, cidadão de grande reputação naqueles tempos; durante aqueles tumultos, o povo dirigiu-se armado a sua casa, para saqueá-la, onde por acaso se encontrava Francesco, seu irmão, então bispo de Volterra e hoje cardeal; este, tão logo ouviu o alarido e viu a turba, vestiu-se com os trajes mais honrosos e, envergando o roquete episcopal, tomou a direção dos homens armados, detendo-os com sua presença<sup>199</sup> e suas palavras; feito este que duran-

197. Então, se por acaso vêem um homem nobre em méritos e virtude, calam-se e ouvem (*Eneida*, I, 151-2). [N. da T.]

198. *Fratresca* (fradesca), de seguidores de Savonarola; *Arrabbiata* (raivosa), de seus opositores. [N. da T.]

199. Aspecto, aparência. [N. da R. T.]

te muitos dias foi notado e celebrado em toda a cidade. Concluo, portanto, que não há remédio mais seguro e necessário para refrear uma multidão concitada do que a presença de um homem, a qual pareça ser e de fato seja digna de reverência. Vê-se, portanto, para voltarmos ao texto anterior, com quanta obstinação a plebe romana aceitava a decisão de ir para Veios, porque o julgava útil, sem perceber o dano que por trás disso havia; e também como, diante dos tumultos daí surgidos, teria havido muitos escândalos se o senado não tivesse refrutado seu furor com homens austeros e dignos de reverência.

55. *De como é fácil conduzir as coisas nas cidades onde a multidão não está corrompida; e, onde existe igualdade, não se pode criar um principado; e onde ela não existe, não se pode criar uma república*<sup>200</sup>

Embora tenhamos acima<sup>201</sup> discorrido sobre o que se deve temer ou esperar das cidades corrompidas, não me parece fora de propósito considerar uma deliberação do senado sobre a promessa que Camilo fizera de dar a Apolo a décima parte da presa dos veientes: como tal presa caísse nas mãos da plebe romana, não sendo possível calcular seu montante, o senado emitiu um edito, determinando que cada um entregasse ao erário [*publico*] a décima parte daquilo que pilhara. E, embora tal deliberação não tivesse sido executada e o senado tivesse tomado outra decisão, satisfazendo Apolo por outras vias, para sa-

200. Tito Lívio, V, 21-5. [N. da R. T.]

201. Cf. *Discursos*, I, 17 e 18. [N. da R. T.]

tificação da plebe, vê-se por tal deliberação como aquele senado confiava na bondade da plebe e julgava que ninguém deixaria de entregar exatamente aquilo que se determinava naquele edito. Por outro lado, vê-se que a plebe não pensou em fraudar em parte o edito, dando menos do que devia, mas sim em livrar-se dele com demonstrações abertas de indignação. Esse exemplo, como muitos outros acima aduzidos, mostra quanta bondade e religião havia naquele povo e quanto bem se podia esperar dele. E, realmente, onde não há essa bondade, nenhum bem pode ser esperado, como não pode ser esperado nas províncias onde, nestes tempos, se vê que são corrompidas, como a Itália, acima de todas, e também em parte a França e a Espanha. E, se nestas últimas províncias não se vêem tantas desordens quantas nascem na Itália todos os dias, isso não provém tanto da bondade dos povos, que em boa parte não existe, mas sim da existência de um rei que os mantêm unidos, não somente por sua *virtu*, como também pela ordenação de tais reinos, que ainda não estão degenerados<sup>202</sup>. Vê-se muito bem que, na Alemanha, ainda são grandes essa bondade e essa religião em seus povos, graças ao que muitas repúblicas vivem livres e observam as leis de tal modo que ninguém

202. Em vez de "ordenação de tais reinos", Inglesse propõe "ordenações de tais reinos" e, portanto, a seguinte tradução: "[...] como também pelas ordenações de tais reinos, que ainda não estão degeneradas". E justifica: "Parece oportuno corrigir desse modo a lição transmitida ('ordenação' [*ordinatio*]), porque 'degenerados' não pode referir-se a 'reinos'. Maquiavel quer dizer que, enquanto os povos são corrompidos, as ordenações ainda são saudáveis; porque adequadas a seu 'sujeito'. Todavia, dos 'reinos', ou seja, da França ou da Espanha, não poderia dizer que 'não são degenerados'. Estes, aliás, também são em parte corrompidos, mas, graças às ordenações 'ainda saudáveis' e à *virtu* do príncipe, conseguem manter-se" (INGLESSE, *op. cit.*, p. 278). [N. da R. T.]

de fora nem de dentro ousa ocupá-las. E, para provar que nella reina boa parte daquela antiga bondade, quero dar um exemplo semelhante ao que dei acima, do senado e da plebe romana. Naquelas repúblicas, quando é preciso gastar alguma quantidade de dinheiro público, os magistrados ou conselhos que têm autoridade para tanto impõem a todos os habitantes da cidade um por cento ou dois do rendimento de cada um. E, tomada tal deliberação, segundo o costume [Vordine] da cidade, cada um se apresenta diante dos coletores de tal imposto e, fazendo antes o juramento de pagar a soma conveniente, joga numa caixa a tanto destinada aquilo que, segundo sua consciência, lhe parece dever pagar: desse pagamento ninguém é testemunha, a não ser quem paga. Donde se pode concluir que ainda há bondade e religião naqueles homens. E deve-se imaginar que cada um pague a verdadeira soma: porque, se não pagasse, não se obteria naquela arrecadação a quantidade que fora prevista, segundo o que fora arrecadado das vezes anteriores, e, não se obtendo a quantidade esperada, a fraude ficaria sendo conhecida: e, em sendo conhecida a fraude, adotar-se-ia uma modalidade diferente de arrecadação. Bondade que é mais admirável nestes tempos, porque mais rara: aliás, vê-se que continua a existir somente naquela província.

E isso provém de duas coisas: primeiramente, o fato de não terem grandes relações com os vizinhos, porque nem estes foram à casa daqueles, nem aqueles à casa alheia, pois se contentaram em passar com os bens, em viver dos alimentos e em vestir as lãs que lhes são dados por sua terra; por isso, foi eliminada a razão para quaisquer relações e, assim, o motivo de corrupção, pois não puderam pegar os costumes franceses, espanhóis ou ita-

lianos, nações estas que, em conjunto, são a corrupção do mundo. A outra razão é que as repúblicas nas quais se manteve a vida política e incorrupta não suportam que nenhum de seus cidadãos se apresente nem viva como genti-homem; aliás, mantêm a igualdade entre seus cidadãos, sendo grandes inimigos dos senhores e gentis-homens que existem naquela província: e, se por acaso lhes caem nas mãos alguns que sejam motivo de corrupção e razão de escândalo, eles os matam. E, para esclarecer o que é chamado de genti-homem, digo que gentis-homens são chamados os que vivem ociosos das rendas de suas grandes posses, sem cuidado algum com o cultivo ou com qualquer outro trabalho necessário à subsistência. Esses são perniciosos em todas as repúblicas e em todas as províncias, porém mais perniciosos são aqueles que, além de terem as fortunas de que falamos, comandam em castelos e têm súditos que lhes obedecem. Desses dois tipos de homens estão cheios o reino de Nápoles, a cidade de Roma, a Romanha e a Lombardia. Razão por que nessas províncias nunca surgiu nenhuma república nem nenhum tipo de vida política; porque tais tipos de homens são totalmente inimigos da civilidade [civilta]. E não seria possível introduzir uma república em províncias assim constituídas, mas, para reordená-las – caso a alguém coubesse tal arbítrio –, não haveria outro caminho a não ser constituir um reino. A razão é que, onde a matéria está tão corrompida, não bastam leis para contê-la, e é preciso ordenar junto com elas maior força, que é a mão régia, que, com poder absoluto e excessivo, ponha cobro à excessiva ambição e corrupção dos poderosos. E o que dizemos é provado pelo exemplo da Toscana, onde, em pouco espaço de terreno, houve durante muito tempo três repúblicas: Florença, Siena e Lucca; e a submissão das outras



idades daquela província ocorre de tal modo que, seja no ânimo, seja na ordenação, percebe-se que mantêm ou que gostariam de manter a liberdade. Isso porque naquela província não há nenhum senhor de castelo e nenhum gentil-homem – ou, se os há, são pouquíssimos –, mas há tanta igualdade, que um homem prudente, que tivesse conhecimento das antigas cidades [*cititā*], facilmente introduziria lá algum tipo de vida civil. Mas foi tão grande seu infortúnio que até hoje não deparou com ele nenhum homem que pudesse ou soubesse fazê-lo.

Extraio, portanto, do que disse a seguinte conclusão: quem quiser criar uma república onde houver muitos gentis-homens não poderá fazê-lo sem antes os eliminar todos, e todo aquele que quiser criar um reino ou um principado onde houver bastante igualdade só poderá fazê-lo extraindo dessa igualdade muitos que tenham ânimo ambicioso e inquieto, tornando-os gentis-homens de fato, e não de nome, dando-lhes castelos e possessões, além de favores em bens e homens, para que, postos no meio desses homens, por meio deles mantenham seu poder, e tais homens, por meio dele, mantenham sua ambição; e que os outros sejam obrigados a suportar o jugo que só a força, e nada mais, pode fazê-los suportar. E, havendo, desse modo, proporção entre quem força e quem é forçado, devem os homens ficar tranquilos em suas respectivas ordenações. E, como, para transformar em república uma província mais apta a ser reino, e em reino uma que seja mais apta a ser república, é preciso um homem raro em engenho e autoridade, muitos foram os que o quiseram fazer e poucos os que o souberam. Porque a grandeza da coisa em parte amedronta os homens e em parte os embaraça, de tal modo que já de início eles falham.

Creio que esta minha opinião, de que onde há gentis-homens não é possível ordenar uma república, parecerá contrária à experiência da república veneziana, na qual só podem ter alguma posição os que forem gentis-homens. Ao que se responde que esse exemplo não nos contesta, porque os gentis-homens daquela república são mais de nome que de fato, pois não recebem grandes rendas de suas possessões, sendo suas grandes riquezas baseadas na mercancia e em coisas móveis; ademais, nenhum deles tem castelos nem jurisdição alguma sobre homens, e o nome de gentil-homem que ostentam é título de dignidade e reputação, sem se fundar em nenhuma das coisas que nas outras cidades fazem que alguns sejam chamados gentis-homens. E, assim como as outras repúblicas têm todas as suas divisões com vários nomes, Veneza se divide em gentis-homens e populares, e desejam todos que aqueles tenham ou possam ter todas as honras, das quais os outros devem ser de todo excluídos. O que não causa desordem naquela cidade, pelas razões ditas doutra vez. Que se constitua, portanto, uma república onde existe ou se criou uma grande igualdade, e, ao contrário, que se ordene um principado onde haja grande desigualdade, caso contrário se criará algo sem equilíbrio [*proportione*] e pouco durável.

*56. Antes que ocorram grandes acontecimentos numa cidade ou numa província, surgem sinais que os prognosticam ou homens que os prevêem*

Donde vem isso não sei, mas vê-se, por antigos e modernos exemplos, que nunca ocorre nenhum acontecimento grave numa cidade ou numa província que não

tenha sido previsto por adivinhos, revelações, prodígios ou outros sinais celestes. E, para prová-lo, não preciso afastar-me de casa, pois todos sabem com que antecedência o frade Jerônimo Savonarola previu a vinda do rei Carlos VIII de França à Itália e, além disso, como se falou por toda a Toscana dos exércitos que foram ouvidos e vistos no ar a combaterem sobre Arezzo. Todos sabem, além disso, que, antes da morte do velho Lorenzo de' Medici, a catedral foi atingida na sua parte mais alta por um raio [*scælla celestis*], para grande dano daquele edifício. E todos sabem também que, pouco antes da expulsão e da destituição de Piero Soderini, que fora nomeado gonfalonero vitalício pelo povo florentino, o palácio foi do mesmo modo atingido por um relâmpago. Além desses, seria possível aduzir mais exemplos, de que me absterei para fugir ao tédio. Narrarei apenas o que diz Tito Lívio, antes da chegada dos franceses a Roma<sup>203</sup>, ou seja, que certo plebeu chamado Marcos Cedício contou ao senado que, à meia-noite, ouvira pela Via Nova uma voz sobre-humana avisar-lhe que deveria ir dizer aos magistrados que os franceses se dirigiam para Roma. A razão dessas coisas, creio, deve ser comentada e interpretada por alguém que tenha conhecimento das coisas naturais e sobrenaturais, que não temos. No entanto, poderia ser que os esteljam, como querem alguns filósofos, cheios de inteligências, que por naturais *virtu* prevêem as coisas futuras e têm compaixão dos homens, avisando-os com semelhantes sinais para que eles possam preparar suas defesas. Seja como for, essa é a verdade; e depois de tais acontecimentos sempre sobrevêm coisas extraordinárias e novas em tais lugares.

203. Tito Lívio, V, 32. [N. da R. T.]

### 57. A plebe, unida, é forte; dispersa, é fraca<sup>204</sup>

Muitos romanos, depois da invasão dos franceses e da ruína de sua pátria, tinham ido morar em Veios, contrariando a constituição e a ordenação do senado, que, para remediar tal desordem, determinou, por editos públicos, que, dentro de certo tempo e com a ameaça de certas penas, todos voltassem a morar em Roma. Tais editos foram, primeiramente, alvo de chacota por parte daqueles contra os quais eram promulgados, mas depois, chegado o tempo de obedecer, todos obedeceram. E Tito Lívio diz estas palavras: "Ex ferocibus universis singuli metu suo obedientes fuere."<sup>205</sup> E, realmente, não se pode mostrar melhor a natureza de uma multidão nesse aspecto do que com esse texto. Porque a multidão é audaz ao falar, muitas vezes, contra as deliberações do seu príncipe; depois, quando vê a punição de frente, como não confiam uns nos outros, correm todos a obedecer. Assim, é certo que não se deve dar grande importância àquilo que um povo diz acerca de suas boas ou más disposições, desde que estejam ordenado para poder mantê-lo assim, se elas forem boas, e, se forem más, que estejam ordenado para não serem ofendido. Isso deve aplicar-se àquelas más disposições que os povos têm por qualquer outra razão que não seja a perda da liberdade ou de seu príncipe amado, que ainda esteja vivo: porque as más disposições nascidas dessas razões são mais temíveis que quaisquer outras, e há necessidade de grandes remédios para refreá-las: as outras são fáceis, desde que não haja um cabeça a quem a

204. *Id.*, V, 50; VI, 4. [N. da R. T.]

205. De ferozes, que eram juntos, sozinhos se tornaram obedientes por medo (Tito Lívio, VI, 4). [N. da T.]

plebe possa recorrer. Porque, se, por um lado, nada há de mais temível que uma multidão irrefreada e sem comando, por outro, nada há que seja mais fraco, pois, mesmo que ela tenha armas nas mãos, é fácil vencê-la, desde que tenha um reduto para onde possa escapar ao primeiro assalto, porque, depois que os ânimos se asserenam um pouco e cada um percebe que precisa voltar a casa, todos começam a duvidar de si mesmos e a pensar em pôr-se a salvo fugindo ou entrando em acordo. Por isso, uma multidão assim concitada, para escapar a tais perigos, logo precisa escolher em seu próprio seio alguém que a governe, que a mantenha unida e pense na sua defesa; foi o que fez a plebe romana, quando, depois da morte de Virgínia, saiu de Roma e, para defender-se, escolheu vinte tribunos; se isso não for feito, sempre ocorrerá aquilo que Tito Lívio diz nas palavras acima citadas, que todos juntos são fortes, mas, quando cada um começa a pensar no seu próprio perigo, todos se tornam covardes e fracos.

58. *A multidão é mais sábia e constante que um príncipe*<sup>206</sup>

Nada é mais instável e inconstante que a multidão, é o que afirmam Tito Lívio e todos os outros historiadores. Porque, ao narrarem os feitos humanos, muitas vezes vêem que a multidão condenou alguém à morte, para depois pranteá-lo e sentir saudade: foi o que fez o povo romano com Mânlio Capitolino, condenando-o à morte para depois sentir saudade dele. E as palavras do autor são estas: "Populum brevi, posteaquam ab eo periculum nullum erat,

206. Tito Lívio, VI, 12-20. [N. da R. T.]

desejosum eius tenuit."<sup>207</sup> E, em outro lugar, quando mostra os acontecimentos ocorridos em Siracusa depois da morte de Jerônimo, sobrinho de Hieron, diz: "Haec natura multitudinis est: aut humiliter servit, aut superbe difficultades, que precisarei depois abandonar com vergonha ou seguir com grandes penas, ao tentar defender algo que, como disse, é alvo da acusação de todos os escritores. Mas, seja como for, não acredito e nunca acreditarei ser defeito defender alguma opinião com razões, sem o desejo de usar a autoridade ou a força. Digo, portanto, que do defeito de que os escritores acusam a multidão podem ser acusados todos os homens individualmente, e sobretudo os príncipes, porque qualquer um que não fosse regulado pelas leis cometeria os mesmos erros que comete a multidão irrefreada. E isso é fácil perceber, porque há e houve muitos príncipes, mas bons e sábios houve poucos: falo dos príncipes que conseguiram desembaraçar-se dos freios que poderiam corrigi-los, entre os quais não estão os reis que nasceram no Egito, quando, naquela antiquíssima antiguidade, aquela província era governada com leis; nem os que nasceram em Esparta; nem os que, em nossos tempos, nasceram na França, reino que é moderado por leis, mais que nenhum outro reino de que em nossos tempos se tenha notícia. E esses reis, que nascem sob tais condições, não devem ser contados no número daqueles cuja natureza se deve considerar individualmente, para ver se são semelhantes à multidão, por-

207. Pouco tempo depois, quando já não representava nenhum perigo, o povo sentiu sua falta (Tito Lívio, VI, 20). [N. da T.]

208. Essa é a natureza da multidão: ou serve com humildade, ou dormita com soberba (Id., XXIV, 25). [N. da T.]

que devem ser confrontados com uma multidão igualmente regulada pelas leis, como eles; e assim se verá nessa multidão a mesma bondade que em tais reis se encontra, e que ela não domina com soberba nem serve com humildade, como ocorria com o povo romano, que, enquanto a república se manteve incorrupta, nunca serviu com humildade nem dominou com soberba; aliás, com suas ordenações e magistraturas, manteve com honra a sua posição. E, quando era necessário sublevar-se contra um poderoso, ele o fazia; como se viu no caso de Mânlio, do decenvirato e de outros, que procuraram oprimi-lo; e, quando era necessário obedecer aos ditadores e aos consules pelo bem público, obedecia. E que o povo romano sentisse saudade de Mânlio Capitolino não é de admirar, porque sentia saudade de suas *virtùs*, que haviam sido o mesmo caso se tratasse de algum príncipe, porque afirmam todos os escritores que a *virtù* é de louvar e admirar mesmo nos inimigos: e se, em meio a tanta saudade, Mânlio tivesse ressuscitado, o povo de Roma teria preferido o mesmo julgamento de antes, quando, pouco depois de tirá-lo da prisão, o condenou à morte; não obstante, vê-se o mesmo em príncipes considerados sábios, que, depois de condenarem alguma pessoa à morte, sentiam intensamente sua falta: como Alexandre com Clito e outros seus amigos, e Herodes<sup>209</sup> com Mariana. Mas o que o nosso historiador diz da natureza da multidão não se refere à natureza que é regulada pelas leis, como a romana, mas sim da multidão irrefreada, como a siracusana, que cometeu os erros que são cometidos pelos homens en-

.....  
209, Herodes, o Grande, rei da Judéia de 40 a 4 a.C., mandou matar sua mulher, Mariana (cf. CAPUA, *op. cit.*, p. 136).

recidos e irrefreados, como Alexandre Magno e Herodes, nos casos citados. Por isso, não se deve culpar a natureza da multidão mais que a dos príncipes, porque todos igualmente erram, sempre que podem errar sem o temor às leis [*sanzza rispetto*]. Coisas das quais, além dos exemplos citados, há muitos outros, quer entre os imperadores romanos, quer entre os outros tiranos e príncipes, nos quais se vêem inconsistências e mudanças de comportamento [*variazioni di vital*] que não se vêem em multidão alguma.

Minha conclusão, portanto, contraria a opinião comum, de que os povos, quando são príncipes [têm o poder], são variáveis, mutáveis e ingratos; e afirmo que nesses pecados não são diferentes dos que se vêem nos príncipes particulares [monarcas]. E quem fizesse as mesmas acusações tanto aos povos quanto aos príncipes poderia dizer a verdade, mas quem excluísse os príncipes enganaria: porque um povo que comande e seja ben-ordenado será estável, prudente e grato, não diferentemente de um príncipe ou melhor que um príncipe considerado sábio; por outro lado, um príncipe desregado será mais ingrato, variável e imprudente que um povo. E a razão do proceder não nasce de diferenças de natureza, porque esta em todos é de um só modo — e, se vantagem alguém tiver, esta será do povo —, mas sim do maior ou menor respeito às leis, sob as quais vivem todos. E quem estudar o povo romano verá que, durante quatrocentos anos, ele foi inimigo do título régio e amante da glória e do bem comum de sua pátria; verá nele muitos exemplos capazes de dar testemunho dessas coisas. E, se alguém alega a ingratidão que ele demonstrou para com Cipião, responderei aquilo que acima<sup>210</sup> se discorreu longamente so-

.....  
210. Cf. *Discursos*, I, 29, [N. da R. T.]

bre a matéria, quando mostramos que os povos são menos ingratos que os príncipes. Mas, quanto à prudência e à estabilidade, digo que o povo é mais prudente, mais estável e de mais juízo que um príncipe. E não é sem razão que se compara a voz do povo à voz de Deus, pois se vê uma opinião universal a produzir efeitos admiráveis nos seus prognósticos, parecendo que, por alguma oculta *virtu*, ele prevê seu mal e seu bem. Quanto ao julgamento das coisas, são raríssimas as vezes em que, ouvindo dois oradores de tendências diferentes e igual *virtu*, ele deixe de seguir a melhor opinião e não seja capaz de entender a verdade que ouve. E, se ele erra quando gosta de faganhas ou nas coisas que lhe pareçam úteis, como acimadissemos<sup>211</sup>, muitas vezes também erram os príncipes nas suas próprias paixões, que são muito maiores que as dos povos. Vê-se também, nas escolhas que os povos fazem dos magistrados, que elas são sempre bem melhores que as dos príncipes, e nunca se persuadirá um povo de que é bom alçar a tais dignidades um homem infame e costumes corruptos, coisa de que se pode persuadir um príncipe com facilidade e de mil modos. Pode-se ver que um povo começa a ter horror a alguma coisa e que por muitos séculos se mantém na mesma opinião, mas o mesmo não se vê num príncipe. E dessas duas coisas basta-me o testemunho do povo romano, que em muitas centenas de anos, em muitas eleições de cônsules e tribunos, não fez quatro escolhas de que pudesse arrepende-se. E, como dissemos, sempre sentiu tanto ódio pelo título de rei que nenhuma gratidão por nenhum de seus cidadãos que tentasse tal título pôde jamais eximi-lo das devidas penas. Ademais, vê-se que as cidades onde os povos são

211. Cf. *Discursos*, I, 53. [N. da R. T.]

príncipes em curíssimo tempo fazem conquistas excepcionais, tornando-se muito maiores que as outras que sempre foram governadas por um só príncipe, como ocorreu com Roma depois da expulsão dos reis e com Atenas depois que se libertou de Pisistrato. E isso só pode ser explicado por serem melhores os governos dos povos que os dos príncipes. E não quero que se contraponha a esta minha opinião tudo aquilo que nosso historiador diz no texto mencionado e em qualquer outro; porque, se fôrem expostas todas as desordens dos povos, todas as desordens dos príncipes, todas as glórias dos povos e todas as dos príncipes, ver-se-á que o povo, em bondade e glória, é muito superior. E, se os príncipes são superiores aos povos na ordenação das leis, na constituição da vida civil, no estabelecimento de novos estatutos e novas ordinações, os povos também são superiores na manutenção das coisas ordenadas, aumentando assim, sem dúvida, a glória daqueles que as ordenam.

Em suma, para concluir esta matéria, digo que, assim como duraram muito os estados dos príncipes, também duraram os estados das repúblicas, e que ambos precisam ser regulados por leis, porque o príncipe que pode fazer o que quer é louco; um povo que pode fazer o que quer não é sábio. Se, portanto, pensarmos num príncipe vinculado às leis e num povo acorrentado a elas, veremos mais *virtu* no povo que no príncipe; e, se pensarmos em ambos irrefreados, veremos menos erros no povo que no príncipe, sendo tais erros menores e mais remediáveis. Porque, se um povo licencioso e tumultuário pode ser aconselhado por um homem bom, que facilmente o conduz ao bom caminho, um mau príncipe não há quem consiga aconselhar, e para ele não há outro remédio, senão o ferro. Donde se pode conjecturar a importância da

doença de um e de outro: porque, se para tratar a doença do povo bastam palavras, e se para a do príncipe é preciso o ferro, não haverá quem não conclua que, onde é preciso maior tratamento, são maiores os erros. Quando o povo está irrefreado, o que se teme não são as loucuras que ele cometa, e ninguém tem medo do mal presente, mas sim do mal que pode advir, visto que, em meio a tanta confusão, pode advir um tirano. Mas com os maus príncipes ocorre o contrário, pois se teme o mal presente e tem-se esperança no futuro, pois todos se persuadem de que sua vida malvada talvez possa dar surgimento a uma liberdade. Assim, podeis ver a diferença entre um e outro, que é a diferença que há entre as coisas que existem e as que haverão de existir. As crueldades da multidão são contra aqueles que ela teme que se apoderem do bem comum; as de um príncipe são contra aqueles que ele teme que se apoderem de seu bem próprio. Mas a opinião contrária aos povos nasce porque dos povos todos podem falar mal sem medo, livremente, mesmo que ele reine, ao passo que dos príncipes sempre se fala com mil medos e escrúpulos. E, visto que essa matéria o ensija, não me parece fora de propósito discorrer no próximo capítulo sobre as confederações em que se pode mais confiar: nas constituídas com uma república ou nas constituídas com um príncipe.

59. *Em que confederação ou liga se pode mais confiar: na formada com uma república ou na formada com um príncipe*

Visto que, todos os dias, entre um príncipe e outro ou entre uma república e outra se formam ligas e tratados de

amizade, e que, de maneira semelhante, se formam confederações e acordos entre uma república e um príncipe, parece bom examinar qual fé é mais estável e com a qual se pode mais contar, se da república ou do príncipe<sup>212</sup>. Examinando tudo, creio que em muitos casos ambos são semelhantes e em alguns há alguma diversidade. Creio, portanto, que os acordos feitos por força não serão observados nem por um príncipe, nem por uma república; creio que, quando sobrevier o medo de perder o estado, ambos falarão à fé dada e serão ingratos, para evitar perdê-lo. Demétrio, que foi chamado expugnador de cidades, fez ra infinitos benefícios aos atenienses; depois, quando foi vencido pelos inimigos, ao refugiar-se em Atenas como cidade amiga que lhe devia obrigações, não foi recebido por ela, o que lhe causou mais dor do que a perda de sua gente e de seu exército. Pompeu, ao ser vencido por César na Tessália, refugiou-se no Egito junto a Ptolomeu, que no passado ele levantara de volta ao trono, e foi morto por ele. Como se vê, tais coisas tiveram as mesmas causas<sup>213</sup>, no entanto, foi maior a humanidade e menor a injúria cometida pela república do que pelo reino. Portanto, onde houver medo, a lealdade<sup>214</sup> será de fato a mesma. E, se houver alguma república ou algum príncipe que, para observar a fé dada, corra o risco de arruinar-se, ambos também poderão ter razões semelhantes. Porque pode ocorrer que um príncipe seja amigo de outro príncipe poderoso, que, embora não tenha então como defendê-lo, poderá vir, com o tempo, a restituir-lhe o principado; ou pode ser que, por ter-se alinhado com ele, não acredite encontrar

212. Cf. *O príncipe*, 18. [N. da R. T.]

213. Ou seja, o medo da represália dos inimigos dos exilados. [N. da R. T.]

214. Em italiano: *fedeltà*, ou seja, a palavra dada. [N. da R. T.]

lealdade nem acordos com seu inimigo. Foi o que aconteceu com os príncipes do reino de Nápoles que se alinharam com os franceses. E, quanto às repúblicas, foi dessa maneira que Sagunto, na Espanha, arriscou-se à ruína ao alinhar-se com os romanos; e assim também Florença, por alinhar-se com os franceses em 1512. E creio, ao fim das contas, que em caso de perigo iminente se encontrará um pouco mais de estabilidade nas repúblicas do que nos príncipes. Porque, embora as repúblicas tenham as mesmas intenções e os mesmos desejos dos príncipes, por terem movimentos mais lentos, sempre demorarão mais a resolver-se do que o príncipe e, por isso, demorarão mais do que ele a violar a fé. As confederações são rompidas pela utilidade. Nisso, as repúblicas são muito mais observantes dos acordos do que os príncipes. E seria possível aduzir exemplos de casos em que um mínimo de utilidade levou um príncipe a romper a palavra dada, enquanto uma grande utilidade não levou uma república a fazê-lo: foi o que ocorreu com a proposta feita por Temístocles aos atenienses, que em assembleia disse ter um conselho para dar à pátria que lhe seria de grande utilidade, mas não podia dizer qual era para não o pôr a descoberto, porque, se ele fosse descoberto, perder-se-ia a ocasião de pô-lo em prática. Por isso, o povo de Atenas elegeu Aristides, ao qual deveria ser comunicada a coisa, e, depois, se deliberaria de acordo com o seu parecer; e Temístocles revelou-lhe que a armada de toda a Grécia, sob a palavra dada, estava em tal posição que eles a poderiam conquistar ou destruir, o que faria dos atenienses árbritros de toda a Grécia. Assim, Aristides disse ao povo que o conselho de Temístocles era de grande utilidade, porém, de grande desonestidade, e que o povo o recusou.

O que não teria sido feito por Filipe da Macedônia e por outros príncipes, que buscaram e ganharam mais utilidade rompendo a palavra dada do que de qualquer outro modo. Quanto ao rompimento de pactos por alguma inobservância da outra parte, disse não falo, por ser coisa ordinária; mas falo dos pactos que são rompidos por razões extraordinárias, e nisso, pelo que já foi aqui dito, creio que o povo comete erros menores que o príncipe, e por isso se pode fiar mais nele do que no príncipe.

60. *Como o consulado e qualquer outra magistratura de Roma eram conferidos sem consideração de idade*

Pela ordem dos fatos da história, vê-se que, depois que a plebe teve acesso ao consulado, a república romana concedeu esse cargo aos seus cidadãos sem consideração de idade ou sangue; até porque em Roma nunca se considerou a idade, mas sim a *virtu*, seja em jovens ou em velhos. Disso se sabe pelo exemplo de Valério Corvino, que se tornou cônsul aos vinte e três anos; falando aos seus soldados, Valério disse que o consulado era "prae-mium virtutis, non sanguinis"<sup>215</sup>. Se essa medida era boa ou não, caberia discutir. E, quanto ao sangue, foi feita essa concessão por necessidade; e a necessidade que houve em Roma teria havido em qualquer cidade que quisesse ter o êxito de Roma, como doutra vez se falou<sup>216</sup>; porque não se pode impor rigor aos homens sem prêmio, e não

215, Recompensa pela virtude, não pelo sangue (Tito Lívio, VII, 32). [N. da T.]

216. Cf. *Discursos*, I, 6. [N. da R. T.]

se pode privá-los da esperança de conseguir o prêmio sem incorrer em perigo. Por isso, bem cedo foi preciso que a plebe tivesse a esperança de obter o consulado: esperança de que ela se nutriu durante certo tempo sem sucesso, mas depois não bastou a esperança, sendo preciso que se chegasse aos efeitos. A cidade que não emprega a sua plebe em alguma coisa gloriosa pode tratá-la a seu modo, como em outra parte se discutiu<sup>217</sup>, mas a cidade que quer fazer o que Roma fez não pode estabelecer essa distinção. E, em sendo assim, à ausência de distinção de idade não se pode fazer oposição; aliás, ela é necessária: porque, ao se escolher um jovem para um cargo que exija prudência de um velho, e sendo essa escolha feita pela multidão, é preciso que chegue àquele cargo alguém que se distinga por algum notável feito. E quando um jovem tem tanta *virtú* que se torne conhecido por algum feito notável, seria muito danoso que a cidade deixasse de valer-se dele, esperando que, com ele, envelhecesse o vigor do ânimo e a diligência da qual sua pátria poderia valer-se na sua juventude: como Roma se valeu de Valério Corvino, de Cipião e de Pompeu, além de muitos outros, que triunfaram enquanto ainda eram muito jovens.

217. *Ibid.* [N. da R. T.]

## LIVRO SEGUNDO

Os homens sempre louvam – mas nem sempre com razão – os tempos antigos e reprovam os atuais: e de tal modo estimam as coisas passadas, que não só celebram as eras que conheceram graças à memória que delas deixaram os escritores, como também aquelas de que os velhos se recordam por as terem visto durante a juventude. E, quando tal opinião é falsa, como no mais das vezes o é, persuadido-me de que são várias as razões que os levam a tal engano. E a primeira razão, creio eu, está em que nunca se conhece toda verdade das coisas antigas, visto que, no mais das vezes, se escondem as coisas que infamariam aqueles tempos, magnificando-se e ampliando-se as outras coisas que podem glorificá-los. Porque a maioria dos escritores se atêm de tal modo à fortuna dos vencedores que, para tornarem gloriosas as suas vitórias, não só aumentam aquilo que virtuosamente fizeram, como também magnificam as ações dos inimigos de tal modo que quem nasce depois em qualquer das duas províncias, na vitoriosa ou na vencida, terá razão para admirar-se daqueles homens e daqueles tempos, havendo de, forçosamente, louvá-los e amá-los. Além disso, os homens odeiam as coisas por temor ou por inveja,